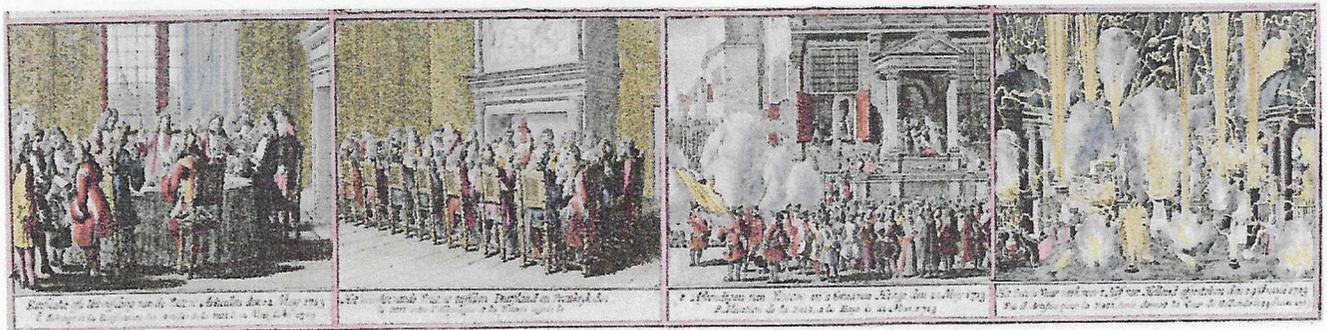


Colóquio Internacional

Utreque: 1715-2015. Diplomacia, Cultura e Fronteiras

International Symposium Utrecht: 1705-2015 - Diplomacy, Culture and Frontiers

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 15-17 Junho 2015



Resumos de Conferências *Congress abstracts*



a Alemanha da Rússia, com o objetivo de dificultar uma aliança Germano-Russa. A proposta de Mackinder tinha como objetivo manter a Grã-Bretanha como potencia Marítima fundamental (na sequência do processo que se associa ao Tratado de Utreque), uma vez que o surgimento de uma potencia continental que dominasse o Heartland e posteriormente a Eurásia, teria condições para suplantar, dada a quantidade de recursos que aí existiam (em). Por outras palavras, Mackinder aconselhava o seu país a tomar as ações necessárias para manter e conservar o Poder, partindo de uma interpretação Geopolítica, que assenta na construção de modelos de dinâmica de poder.

SESSÃO VII: 300 ANOS DEPOIS: NOVAS HEGEMONIAS, NOVAS FRONTEIRAS

Num quadro geopolítico profundamente diverso da ordem das relações internacionais sancionada pelos Tratados de Utreque de 1713-1715, é ainda assim possível descortinar algumas formulações a respeito da projecção do poder sobre o espaço que evocam os exercícios de partilha de soberania e a reformulação de alianças a que a Europa se obrigou há três séculos. A aprendizagem de que a paz na Europa é incompatível com a existência de impérios será apenas a mais visível e duradoura dessas reminiscências, transposta que foi para uma experiência de integração regional sem precedentes, a que se veio juntar, no final dos anos 80/inícios de 90 do século XX, um processo de fragmentação que reduziu a dimensão geográfica de alguns estados do continente, com destaque para a Rússia, apenas contrabalançada pela reunificação alemã. Mas também noutros espaços se observam processos de transformação geopolítica cujas leituras permitem, de formas mais ou menos explícitas, estabelecer conexões com o quadro de relações internacionais saído de Utreque. Por exemplo, no Mediterrâneo, a actual pulverização de soberanias, parte das quais alheias ao próprio conceito operativo de Estado, parece prosseguir, com outros protagonistas, outras representações e um quadro geo-institucional distinto, o mesmo propósito de consolidação de influências exógenas iniciada outrora pela tutela britânica sobre Gibraltar e as Baleares e sancionada numa fase tardia, 200 anos depois, pelos acordos de Sykes-Picot. Já no continente americano, é interessante analisar, seja na foz do Amazonas, na do Rio da Prata ou no Rio Grande do Sul, diversos paralelismos entre as preocupações recorrentes com a geopolítica das fronteiras brasileiras e o longínquo ajuste luso-francês permitido por Utreque, incluindo os avatares sucessivos que se prolongaram até ao termo do século XIX e que tiveram nos argumentos diplomáticos ou propagandísticos do Barão do Rio Branco e de Elisée Reclus dois dos seus intérpretes mais eloquentes. Compreender hoje, num contexto marcado pelos esforços de integração macro-regional sul-americana que incorporam um discurso de valorização da porosidade das fronteiras, o significado simbólico, patrimonial e identitário dos lugares de fronteira que estabelecem uma ponte entre a geopolítica fundacional do passado e a geopolítica contemporânea revela-se extremamente enriquecedor e pertinente.

Francisco Roque de Oliveira (CEG-IGOT, ULisboa) e Jorge Malheiros (CEG-IGOT, ULisboa)

Mediterrâneo sul-oriental e Próximo Oriente: da hegemonia partilhada à decomposição geopolítica

Email: f.oliveira@campus.ul.pt; jmalheiros@campus.ul.pt

Notas biográficas

Francisco Roque de Oliveira é doutorado em Geografia Humana pela Universitat Autònoma de Barcelona (2003), Professor Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, prestando também colaboração docente na Licenciatura em Estudos Asiáticos da Faculdade de Letras de Lisboa e no Mestrado em Estudos Asiáticos da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. É investigador integrado do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, investigador associado do Centro de História d'Aquém e d'Além Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores e membro correspondente da Academia de Marinha. As suas publicações mais recentes são dedicadas a temas de História da Geografia e da Cartografia, urbanismo colonial português e bibliografia geográfica europeia sobre Macau e a China das dinastias Ming e Qing. Ministra disciplinas de Teoria e Metodologia da Geografia e de Geopolítica nos cursos de pós-graduação.

Jorge Macaísta Malheiros é Professor Associado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Licenciado em Geografia, variante de Planeamento Regional e Local, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1988), Mestre em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, pela mesma Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1993) e Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela mesma Faculdade (2001). É investigador integrado do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, onde coordenou o Núcleo de Estudos Urbanos (NETURB). Tem como principal área científica de investigação o estudo das Migrações, desenvolvendo também pesquisa relacionada com temas de Geografia da População, Geografia Social e Geografia Urbana. Lecciona ao nível dos estudos pós-graduados unidades curriculares relativas à Teoria e Metodologia da Geografia, Geopolítica e Migrações.

Resumo da comunicação

Há um século, os acordos Sykes-Picot como que resultaram numa derradeira manifestação dos exercícios de partilha de soberania anglo-franceses aprendidos com a dura experiência da Guerra da Sucessão de Espanha, neste caso transpostos do palco europeu que assistira ao conflito de 1701-1713/14 para a periferia imediata e vital do Próximo Oriente. O tempo dos mandatos da Sociedade das Nações perpetuará o status quo no Oriente árabe, do mesmo modo que os nacionalismos sírio e iraquiano, alimentados pelas respectivas independências, aprofundarão a lógica preventiva ao aparecimento de um grande Estado sunita no coração do Médio Oriente que estivera na origem da promessa quebrada aos hachemitas de Hussein Ibn Ali, xarife e emir de Meca, depois da Revolta

Árabe de 1916-1918. Quase cem anos depois, o reforço da influência xiita na região, tornado possível pela intervenção norte-americana de 2003 e pelo subsequente desmantelamento das estruturas do Estado iraquiano, vê-se contrabalançado pelo discurso escatológico do auto-intitulado Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ou Daesh), que recupera a tradição profética e abássida da autoridade do califa, mas que também lhe confere uma ambição territorial muito precisa, capaz de exorcizar a eterna decepção sunita na forma de um Estado transfronteiriço, simultaneamente pós-colonial e herdeiro de uma hegemonia imperial islâmica entretanto perdida. De todas as tendências trazidas pela nova equação geopolítica regional, uma das mais relevantes parece corresponder à revisão das "fronteiras naturais" em função dos novos equilíbrios de força, sendo a primeira das quais a que se apoia sobre o curso do Eufrates – não por acaso, precisamente a mesma díade que os acordos Sykes-Picot tinham resgatado do seu passado pré-otomano.

Jonathan Felix Ribeiro Lopes

Os impactos do Tratado de Utreque nas fronteiras da América do Sul

Email: jonhgeocs@gmail.com

Nota biográfica

Jonathan Felix Ribeiro Lopes é graduado em Ciências Sociais e mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro, Brasil. Doutorando em Geografia, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Portugal, onde realiza um projecto de investigação relativo à cartografia histórica e à geopolítica do espaço brasileiro no contexto da colonização da América do Sul (séculos XVI-XVII). É bolseiro CAPES e investigador do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Resumo da comunicação

O Tratado de Utreque é parte das negociações de paz que cercam a Guerra de Sucessão espanhola, entre 1700 e 1715, e está inserido em um contexto maior que envolve uma série diversa de acordos de paz estabelecidos entre as principais potências imperiais europeias desde o século XV, tanto no que diz respeito ao próprio território europeu, como também às áreas de expansão territorial extra-europeias. Nesse contexto, este trabalho volta-se sobre a análise dos documentos diplomáticos relacionando-os ao contexto geopolítico com foco nas fronteiras sul-americanas. Sobre esse espaço dois acordos são fundamentais. O primeiro assinado entre Portugal e França, em 1713, estabelecia o Rio Oiapoque como fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. O segundo, assinado entre Portugal e Espanha, devolveu para o primeiro a Colônia de Sacramento, na margem norte do Rio da Prata, hoje parte do território correspondente ao Uruguai, retomando uma questão que só seria resolvida anos depois, com a criação deste Estado tampão.